

ANTONIETA DE BARROS E AS INTERSECCIONALIDADES: ENTRE ECOS DO PASSADO E URGÊNCIAS DO PRESENTE

Marcelo Henrique dos Santos¹
Marcia de Mattos Fonseca²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a trajetória política, pedagógica e intelectual de Antonieta de Barros sob a perspectiva da interseccionalidade, a partir das contribuições teóricas de Carla Akotirene, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Megg Rayara Gomes de Oliveira e um dos autores deste artigo, Marcelo Henrique dos Santos. Ao rememorar a história de Antonieta, buscamos tensionar as ausências e presenças de mulheres negras nos espaços de poder e de fala, valorizando suas escrevivências enquanto atos de resistência. A escrita deste texto adota uma linguagem acadêmica acessível e humanizada, evocando os sentidos do corpo, da memória e da ancestralidade. A interseccionalidade é aqui compreendida não como mero conceito, mas como prática epistemológica e política que emerge dos entrelugares das opressões.

Palavras-chave: Antonieta de Barros; interseccionalidade; mulheres negras; escrevivência; educação.

ANTONIETA DE BARROS AND INTERSECTIONALITIES: BETWEEN ECHOES OF THE PAST AND URGENT THINGS OF THE PRESENT

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la trayectoria política, pedagógica e intelectual de Antonieta de Barros desde la perspectiva de la interseccionalidad, a partir de las contribuciones teóricas de Carla Akotirene, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Megg Rayara Gomes de Oliveira y uno de los autores de este artículo, Marcelo Henrique dos Santos. Al rememorar la historia de Antonieta, buscamos tensionar las ausencias y presencias de mujeres negras en los espacios de poder y de habla, valorando sus *escrevivéncias* como actos de resistencia. La escritura de este texto adopta un lenguaje académico accesible y humanizado, evocando los sentidos del cuerpo, la memoria y la ancestralidad. La interseccionalidad aquí se entiende no solo como un concepto, sino como una práctica epistemológica y política que emerge de los espacios intermedios de la opresión.

Palabras clave: Antonieta de Barros; interseccionalidad; mujeres negras; escrevivência; educación.

Introdução

Escrever sobre Antonieta de Barros é tocar com cuidado e reverência uma voz potente da história do Sul do Brasil. Mulher negra, filha de uma lavadeira que fundou uma escola, educadora, jornalista, escritora e a primeira deputada negra no Sul do Brasil, Antonieta rompe

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do NEBRACI/PPGTE da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), grupo de trabalho voltado para pesquisas sobre relações étnico-raciais e branquitude. Contato: marcelo.santos@educacao.arauacaria.pr.gov.br

² Assistente Social. Servidora Pública, atua com mulheres em situação de violência. Especialista em Gestão de Pessoas e Projetos Sociais, Centro Universitário Bagozzi. Integra o Núcleo de Estudos Críticos sobre Branquitude, Racialidade e Tecnologia prof. Cida Bento (NEBRACI) e Grupo de Pesquisa Trabalho e Gênero (Uninter). Contato: mciafonsecapr@gmail.com

obstáculos impostos por uma sociedade marcada pelo racismo, pelo sexismo e pelas desigualdades de classe. Sua existência foi, em si, um ato de insurgência. Este artigo nasce do desejo de reencontrar Antonieta a partir de um olhar interseccional, compreendendo as encruzilhadas de raça, gênero e classe que atravessaram — e ainda atravessam — corpos negros na educação e na política.

Nosso ponto de partida é a concepção de interseccionalidade proposta por Carla Akotirene (2019), que a define como uma ferramenta de análise que reconhece a simultaneidade das opressões e, sobretudo, como uma epistemologia enraizada na experiência de mulheres negras. Em diálogo com os pensamentos de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Megg Rayara e Marcelo Henrique dos Santos. Assim, buscamos construir pontes entre o passado e o presente, entre a palavra escrita e a palavra vivida.

A escrita deste texto se ancora também na noção de "escrevivência" cunhada por Conceição Evaristo — embora não componha o rol de autoras centrais aqui, sua influência reverbera — e que nos inspira a escrever com o corpo e com a alma, fazendo da experiência uma forma legítima de produção de conhecimento.

Em "**A vocação de escrever**", publicada em 2018 no livro "*Olhares sobre a literatura negra*" (organizado por Cidinha da Silva) a autora reúne reflexões sobre a literatura negra e o papel da escrita como ferramenta de resistência e afirmação de identidades negras, trazendo a importância da *escrevivência* como prática de resistência. A citação remete à ideia de que a produção literária e de memória das mulheres negras não é algo isolado, mas sim o resultado de suas vivências e trajetórias históricas, carregadas de significados e contextos profundos.

Como afirma Evaristo (2020), “nossas escrevivências não nascem do nada. Elas emergem das experiências vividas, dos silêncios rompidos e da memória resgatada”. É nesse lugar que este artigo se inscreve.

Antonieta de Barros: um corpo negro em movimento

Antonieta nasceu em Florianópolis, em 1901, em um contexto social em que mulheres negras ainda eram vistas com desconfiança ao circularem em espaços escolares, políticos ou literários. Educada por sua mãe, dona Catarina, que fundou uma escola para crianças negras e pobres, Antonieta logo entendeu que a educação era uma forma de subversão da ordem colonial. Ao fundar o jornal "A Semana" e publicar crônicas assinadas com pseudônimo masculino, ela

demonstrou a astúcia de quem sabia dos limites impostos à sua voz, mas não se conformava com eles.

Seu ingresso na política como deputada estadual por Santa Catarina, em 1934, foi um marco que ainda hoje carece de valorização na memória nacional (Figura 1). Mulher, negra, pobre e nordestina, como diriam Akotirene (2019) e Gonzalez (2020), Antonieta subverteu não só as estruturas de poder, mas também os discursos normativos que atravessam os corpos negros. Sua trajetória nos oferece uma oportunidade de repensar a interseccionalidade como prática cotidiana de resistência.

FIGURA 1: ANTONIETA DE BARROS COM A BANCADA DE DEPUTADOS ESTADUAIS



Fonte: site ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
Antonieta de Barros. Memória Política de Santa Catarina. Disponível em:
https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-antonieta_de_barros.

Carla Akotirene: interseccionalidade como chave de leitura da experiência de Antonieta de Barros

Ao abordarmos a trajetória de Antonieta de Barros a partir da interseccionalidade, encontramos em Carla Akotirene uma das principais intelectuais brasileiras a tratar da interseccionalidade no contexto do Sul Global. Ela parte da formulação original de Kimberlé Crenshaw e propõe um deslocamento epistemológico, afirmando que, no Brasil, é fundamental considerar a interseção entre raça, classe, gênero, território e sexualidade para compreender as opressões que afetam mulheres negras. Um trecho emblemático da obra é:

A interseccionalidade, nesse sentido, não é um simples somatório de opressões, mas um método analítico que evidencia a maneira como estruturas de poder se entrecruzam para produzir desigualdades complexas e específicas, sobretudo no corpo das mulheres negras (Akotirene, 2019, p. 27).

Ela também enfatiza que: “No Brasil, raça é uma tecnologia de poder que organiza todas as outras opressões.” (Akotirene, 2019, p. 30).

Essas citações nos ajudam a fundamentar a análise das vivências de figuras como Antonieta de Barros, que enfrentou a opressão articulada entre gênero, raça e classe.

Para Akotirene (2018), interseccionalidade não é apenas um método ou um conceito acadêmico: é uma ferramenta de denúncia e resistência. Ela insiste que não podemos analisar a opressão das mulheres negras com base em categorias isoladas — como se fosse possível separar o racismo do sexism ou da exploração econômica. Em vez disso, precisamos compreender que a mulher negra é atravessada por um sistema que produz exclusões múltiplas, simultâneas e estruturantes.

Ao olharmos para Antonieta de Barros sob essa lente, percebemos que sua existência foi, desde o início, marcada por essas intersecções. Mulher, negra, filha de uma ex-escravizada, pobre e moradora da periferia de Florianópolis, Antonieta enfrentou barreiras impostas por uma sociedade que não imaginava nem desejava uma figura como ela ocupando espaços de poder — seja na política, na educação ou na literatura. Como lembra Akotirene, o espaço público sempre foi (e continua sendo) um lugar de difícil acesso que por vezes interdita, proibi, castiga corpos negros, sobretudo os corpos negros femininos.

No entanto, Antonieta transgrediu. E essa transgressão não pode ser compreendida apenas como um ato individual, mas como um gesto político forjado na coletividade, na formação com outras mulheres negras, nos vínculos com sua mãe, com suas alunas e com as comunidades que buscou representar. A interseccionalidade, aqui, nos ajuda a ver que o que está em jogo não é somente a ascensão de uma mulher negra a uma cadeira legislativa ou a um espaço de produção intelectual, mas sim a ruptura de um pacto histórico de exclusão.

Marcelo Santos (2021), em sua tese de mestrado, sinaliza ter identificado ecos dessa intersecção nas histórias de homens negros na educação infantil. Apesar das diferenças óbvias de tempo e de gênero, há um fio comum que nos ligavam: o não lugar. A sensação de estar onde “não se deveria estar”. No caso de Antonieta, esse não lugar foi a Assembleia Legislativa; no meu caso, foram os CMEIs. Ambos os corpos — o dela, mulher negra política e intelectual no início do século XX; o meu, homem negro professor da primeira infância no início do século XXI — foram e são atravessados por olhares de estranhamento, desconfiança e silenciamento.

Ao ler Akotirene, fomos capazes de nomear essas experiências. A interseccionalidade deixou de ser apenas uma categoria de análise para se tornar também um espelho. Um espelho que não apenas reflete nossas dores, mas que revela a potência de nossos confrontamentos. Assim como Antonieta, que escreveu sob pseudônimos para se fazer ouvir, nós também temos inventado modos de existir e “(re) existir”, mesmo quando nossas presenças parecem incomodar e que por vezes são invisibilizadas.

Akotirene nos convida a compreender que a luta antirracista e feminista só será efetiva se souber reconhecer essas articulações. No caso de Antonieta, isso significa entender que sua trajetória não pode ser celebrada apenas como a da “primeira deputada negra do Brasil”, mas como a de uma mulher que desafiou o pacto narcísico da branquitude (como diria Sueli Carneiro), a misoginia institucional e a violência epistêmica que insiste em silenciar vozes negras.

Antonieta, portanto, é também uma pedagoga da interseccionalidade. Mesmo sem usar esse termo, sua vida e obra nos ensinam sobre a complexidade de existir em um corpo negro, feminino, intelectual e político. E é a partir desse ensinamento que seguimos.

Lélia Gonzalez: Antonieta de Barros e a insurgência do pensamento de mulher negra

Ao pensarmos Antonieta de Barros como figura fundadora e insurgente na história da educação e da política sulista no Brasil, é impossível não evocar Lélia Gonzalez — uma das intelectuais negras mais potentes do nosso país. Com sua escrita afiada e corajosa, Lélia denunciou o epistemicídio³ — termo que dialoga diretamente com a forma como o saber de Antonieta foi, por muitos anos, ignorado pelas narrativas oficiais da história. Antonieta foi silenciada não porque faltassem méritos, mas porque, como bem disse RIBEIRO (2017), “a mulher negra é o outro do outro”.

Gonzalez (2020) comprehende a mulher negra como sujeito político por excelência. Ela está situada num cruzamento de opressões que a torna invisibilizada, mas também lhe confere uma perspectiva singular de leitura do mundo. Para Lélia, as vivências das mulheres negras são lugares legítimos de produção de conhecimento. Em seus textos, ela denuncia como a

³ Sueli Carneiro (2023) destaca que o epistemicídio refere-se à destruição ou à marginalização do conhecimento, das formas de pensar e das culturas das populações negras e de outros grupos marginalizados. Ou seja, é um processo estratégico de silenciamento e apagamento das epistemologias e saberes dessas comunidades, contribuindo para a manutenção do racismo estrutural e da invisibilidade dessas populações na história e na produção de conhecimento.

colonialidade do poder estruturou uma sociedade baseada na exclusão racial e de gênero, e aponta a cultura negra como campo de resistência.

Essa chave de leitura é extremamente útil para analisarmos a trajetória de Antonieta. Ao fundar um curso para alfabetizar filhos de pessoas negras pobres em Florianópolis, Antonieta já encarnava o que GONZALES (2020) chamaria de “prática política afro-latino-americana”. Sua atuação na educação não era neutra ou meramente técnica; era uma prática de enfrentamento, (re)existência às estruturas de poder que negavam à população negra o direito de aprender a ler e escrever. Ela compreendia que a educação podia ser um instrumento de emancipação — uma arma contra o racismo.

Além disso, a atuação de Antonieta como escritora e jornalista também se conecta com o conceito de "amefrikanidade", desenvolvido por Lélia Gonzalez (2020). Ao propor esse conceito, Gonzalez valoriza as identidades negras latino-americanas, rompendo com a lógica colonial que nos separa da diáspora africana nas Américas. Antonieta, ao publicar suas crônicas sob pseudônimos como “Maria da Ilha”, já anunciaava uma escrita que desafiava os limites impostos à mulher negra: escrevia para o público branco letrado, ocupava a linguagem da elite, e ao mesmo tempo, falava de um lugar de experiência que era outro — o da mulher negra da periferia.

A escrita de Antonieta de Barros, muitas vezes marcada por tons moralistas e conservadores — possivelmente em razão das exigências de respeitabilidade da época —, não diminui sua radicalidade. Pelo contrário, revela as negociações que mulheres negras sempre precisaram fazer para existir nos espaços públicos. Como nos lembra Lélia, “a mulher negra vive em constante negociação com o mundo”, equilibrando ancestralidade, resistência e desejo de mudança.

Santos (2021) destaca em sua pesquisa que ao ouvir os relatos de professores negros na educação infantil, identifica essa mesma estratégia: a necessidade de se moldar às expectativas do espaço educacional, mas também a insistência em permanecer, em resistir, em transformar desde dentro. Os relatos evidenciam o que Lélia Gonzalez em seu texto *A categoria político-cultural de amefrikanidade* (p. 71), publicado originalmente em 1988 onde a autora aponta como “a capacidade de traduzir a violência em prática política” aparece. Antonieta fez isso ao entrar para a política, ao legislar, ao ensinar, ao escrever. Nós continuamos fazendo isso, dia após dia, dentro das dos ambientes negados a nós corpos negros.

Portanto, é com Lélia que entendemos Antonieta como mais do que pioneira: ela é uma pensadora negra insurgente. Não se trata de heroificação, mas de reconhecimento histórico,

epistemológico e afetivo. Trata-se de reinscrever Antonieta no panteão das intelectuais negras brasileiras que moldaram a maneira como pensamos educação, política e existência.

Sueli Carneiro: Epistemologia do Enfrentamento e Reescrita da História

Sueli Carneiro, filósofa e ativista do movimento negro brasileiro, tem sido uma voz imprescindível na produção de uma epistemologia antirracista. Ao fundar o Geledés – Instituto da Mulher Negra, Sueli não apenas criou um espaço de militância, mas também consolidou uma forma de pensar que conjuga teoria e prática. Para ela, a luta contra o racismo se dá no corpo, no cotidiano, mas também na disputa por narrativas e saberes. É neste ponto que sua contribuição escurece de forma contundente a trajetória de Antonieta de Barros.

Carneiro afirma que vivemos em uma sociedade estruturada pelo racismo — e que o silêncio imposto às mulheres negras é parte dessa estrutura — principalmente em sua obra *Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero*, originalmente publicada em 2003 e republicada no livro *Escritos de uma vida* (Carneiro, 2021).

Nesse ensaio, Carneiro afirma: "O racismo constitui uma tecnologia de poder que estrutura a sociedade brasileira e que organiza hierarquias sociais a partir da racialização dos sujeitos." (Carneiro, 2021, p. 251)

Ela também destaca como as mulheres negras são silenciadas: "A mulher negra experimenta dupla exclusão, de raça e de gênero, sendo tornada invisível tanto no movimento negro quanto no movimento feminista." (Carneiro, 2021, p. 254)

A ausência de Antonieta de Barros nos currículos escolares, nas universidades e nos livros de história não é acidental: é consequência de um sistema que deslegitima o saber negro e, em especial, o saber das mulheres negras. Recolocar Antonieta no centro da história, portanto, é um gesto de (re)existência, como bem nos lembra Sueli: é um ato de enfrentamento, um projeto político.

Sueli Carneiro também nos convida a compreender que a subjetividade da mulher negra é atravessada por um duplo apagamento — de raça e de gênero —, e que reconhecer essas camadas de opressão é fundamental para descolonizar a produção do conhecimento. Antonieta, ao ocupar o espaço da política institucional e da escrita jornalística, já denunciava, com seu corpo e sua palavra, esse duplo silenciamento. Seu esforço por educar, legislar e escrever deve ser compreendido como parte de uma epistemologia do enfrentamento, como diria Sueli — uma postura ética e política diante do mundo.

Para Marcelo Santos (2021), escutar os relatos dos homens negros que atuam na educação infantil, significa dizer, que essa epistemologia do enfrentamento não é uma abstração, mas uma prática diária e viva. Está na forma como nós corpos negros elaboramos os nossos cotidianos, enfrentam o racismo institucional e afirmam nossa existência dentro de espaços tradicionalmente branco e feminino. Está também na decisão política de permanecer e construir vínculos com as crianças, com os colegas e com as famílias.

Do mesmo modo, Antonieta de Barros escolheu permanecer. Escolheu estar em espaços que não foram pensados para ela: a tribuna da Assembleia Legislativa, as salas de aula, as páginas dos jornais. Como nos lembra Sueli, o racismo brasileiro se sustenta por meio de um pacto narcísico da branquitude, que precisa da manutenção da exclusão do “outro” para se sustentar. Antonieta rompeu com esse pacto ao se apresentar como voz.

Mais do que isso, ela ofereceu alternativas. Sua prática educativa não visava apenas instruir, mas também formar indivíduos conscientes de seu lugar no mundo. Assim como Sueli Carneiro propõe a necessidade de um projeto educacional antirracista, Antonieta, ao fundar cursos para negros e negras pobres, também pensava a educação como uma ferramenta de transformação social. Ela compreendia que a luta antirracista começa com o direito à palavra, ao nome, à escrita.

Portanto, é por meio de Sueli Carneiro que podemos compreender a profundidade da insurgência de Antonieta de Barros. Sua atuação não foi pontual, nem isolada. Ela se insere numa tradição intelectual negra que insiste em existir, (re)existir e reescrever a história — uma história que nos foi negada, mas que ainda assim carregamos no corpo e nas palavras.

As (R)existências de Corpos Dissidentes: Megg Rayara, Antonieta de Barros e a Presença que Educa

A escrita de Megg Rayara Gomes de Oliveira (2016), em *O diabo em forma de gente*, nos convoca a pensar os corpos negros, periféricos, afeminados e docentes como potentes tecnologias de resistência e transformação social. A autora se insere como protagonista de sua própria pesquisa, elaborando uma escrevivência que tece sua trajetória como bicha preta, professora e intelectual dissidente em um Brasil estruturalmente racista, sexista e LGBTfóbico.

Megg nos lembra que o corpo é texto, é política e é pedagogia: "Meu corpo se faz texto político e pedagógico na sala de aula. A bicha preta, afeminada, periférica e professora é um corpo que incomoda, mas também educa." (Oliveira, 2016, p. 24)

A potência de sua escrita nos ajuda a (re)ler a história de **Antonieta de Barros** sob outras lentes. Se Antonieta precisou, à sua época, forjar estratégias de inserção política, intelectual e educacional num contexto em que ser mulher, negra e professora era duplamente marginalizante, Megg — quase cem anos depois — ainda denuncia como os marcadores de raça, gênero, sexualidade e classe continuam operando para silenciar e excluir determinadas subjetividades dos espaços escolares e universitários.

Assim como Antonieta escrevia para o jornal *A Semana*, tensionando os limites do aceitável numa sociedade profundamente patriarcal e racista, Megg utiliza a dissertação acadêmica como instrumento de insurgência e denúncia. Ambas constroem pontes para que a presença negra, feminina e dissidente possa ocupar os espaços de formação, não apenas como exceção, mas como transformação epistemológica.

Marcelo Santos (2021), descreve sua própria trajetória como homem negro, professor de educação infantil e pesquisador encontra ressonância tanto nas denúncias de Megg quanto nos enfrentamentos de Antonieta. Assim, justifica sua pesquisa como um espaço de memória e insurgência — ao investigar as narrativas de professores negros atuando com crianças pequenas — é parte desse mesmo gesto político: tornar visíveis os sujeitos que a história insiste em apagar.

Ao mobilizar as experiências de Megg Rayara de Oliveira, compreendemos que a produção de conhecimento precisa estar comprometida com a vida, com a ética e com o enfrentamento das estruturas que nos violentam. A presença de corpos negros dissidentes no magistério não é apenas um dado estatístico: é uma ruptura simbólica com a lógica da exclusão, é o anúncio de uma educação que se quer diversa, plural e verdadeiramente comprometida com a justiça social.

Interseccionalidade e a Trajetória de Antonieta de Barros: Um Olhar Crítico

O conceito de **interseccionalidade**, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw em sua obra *Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color* (1991) tem sido uma ferramenta crucial na análise de como diferentes formas de opressão se cruzam e se entrelaçam na vida das pessoas. Ao aplicar este conceito ao estudo da trajetória de Antonieta de Barros, podemos perceber que sua luta não se dá apenas em uma dimensão racial, mas em uma intersecção de várias opressões que refletem sua identidade de mulher, negra, de classe popular e atuante em um campo educacional e político dominado por forças hegemônicas. A interseccionalidade, então, não só evidencia as múltiplas formas de discriminação enfrentadas

por Antonieta, como também revela a força de sua resistência, que se dá em diversos níveis e contextos.

A interseccionalidade, para além de ser uma simples sobreposição de opressões, deve ser entendida como uma análise que reconhece as complexidades e especificidades das experiências individuais e coletivas. Essa análise nos permite perceber que, ao longo da sua carreira, Antonieta de Barros não apenas teve que lidar com o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, mas também com o sexismo e a marginalização das mulheres negras, especialmente no campo da educação e da política. Seu papel como primeira mulher negra eleita para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina reflete uma luta contínua pela desestabilização de um sistema que impunha barreiras quase intransponíveis para o acesso de mulheres negras a esferas de poder.

Antonieta, ao ocupar um espaço predominantemente masculino e branco, também precisou desafiar as normas de gênero que, naquele contexto, tentavam relegá-la a um lugar de subordinação. Sua trajetória demonstra como o racismo e o sexismo se imbricam e são amplificados em um sistema social que mantém as mulheres negras em posições de desvantagem. No entanto, a resistência de Antonieta se manifesta justamente na forma como ela enfrentou essas opressões. Ela não só foi pioneira na educação e na política, mas também desafiou e reconfigurou as expectativas de uma sociedade que não via a mulher negra como figura de autoridade ou intelectual.

A Resposta de Antonieta ao Racismo, Sexismo e à Exclusão

Antonieta de Barros não se limitou a se posicionar contra o racismo, mas também foi uma crítica fervorosa às estruturas que mantinham as mulheres negras longe do poder e da visibilidade. Sua resistência não se deu apenas em termos de resistência à discriminação racial, mas também ao sistema que invisibilizava as mulheres negras e suas contribuições no campo da educação e da política. O seu trabalho incansável pela educação das crianças negras e pelo acesso igualitário às escolas públicas reflete um compromisso não apenas com a educação formal, mas com uma educação que fosse capaz de transformar a sociedade e combater as bases do racismo estrutural.

Na Assembleia Legislativa, Antonieta se destacou por suas falas contundentes e por seu trabalho legislativo voltado para a melhoria das condições de vida da população negra e das mulheres. A interseccionalidade de sua luta se torna evidente quando pensamos em como ela lidava com questões de classe e gênero, além da questão racial. Ao defender a educação pública

e de qualidade para as crianças negras, Antonieta estava desafiando uma estrutura que entendia a educação como uma ferramenta de manutenção da ordem social, onde as crianças negras eram excluídas dos espaços de saber.

A interseccionalidade também se reflete em sua ação política, ao reivindicar políticas públicas para a população negra, mas também ao se posicionar em favor das mulheres e das famílias de classe trabalhadora. Essa articulação das opressões de classe e gênero com a luta racial caracteriza a natureza interseccional da sua ação. Ela não atuava apenas como uma mulher negra, mas como uma mulher negra que se insurgiu contra um sistema que a marginaliza e exclui de diversas maneiras.

Considerações Finais

O estudo da trajetória de Antonieta de Barros através da lente da interseccionalidade revela a complexidade das suas vivências e das múltiplas formas de resistência que ela construiu ao longo de sua vida. Ao aplicar os conceitos de Carla Akotirene, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Megg Rayara, foi possível compreender como a luta de Antonieta não se restringiu a uma única dimensão, mas se entrelaçou em questões de raça, gênero e classe, características essenciais para a análise de sua contribuição para a educação e para a política sulista brasileira.

Antonieta de Barros, em sua época, foi pioneira ao se tornar a primeira mulher negra eleita para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, um espaço tradicionalmente ocupado por homens brancos e de classe dominante. Sua trajetória reflete uma resistência contínua contra o racismo estrutural, o sexismo e as desigualdades de classe, colocando em pauta a urgência de uma educação mais inclusiva e igualitária, especialmente para a população negra.

Através deste artigo, procuramos destacar que a resistência de Antonieta não foi apenas simbólica, mas se concretizou em ações que desafiam a estrutura de poder da sua época e abriram caminhos para outras mulheres negras que, mais tarde, se inspiraram em seu exemplo. Sua luta não foi solitária, mas se inseriu em um movimento de mulheres negras que, como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez afirmam, atuam em espaços de poder e conhecimento para transformar as estruturas de opressão que nos cercam.

A relevância de Antonieta de Barros em nossa sociedade permanece, principalmente, como um modelo de resistência e de afirmação de uma identidade negra e feminina. Seu exemplo nos desafia a continuar a luta por uma sociedade antirracista, menos injusta, equânime e igualitária, em que todas as pessoas, independentemente de sua cor, gênero ou classe, tenham as mesmas oportunidades e direitos.

O conceito de interseccionalidade, como apresentado por Carla Akotirene, é essencial para entender como as múltiplas opressões se interconectam e se manifestam de maneira complexa na vida das pessoas. No caso de Antonieta, essa interseccionalidade não apenas explica as barreiras que ela enfrentou, mas também ilustra como sua resistência foi uma ferramenta poderosa de transformação e de luta pelo reconhecimento e pela dignidade das mulheres negras no Brasil.

Portanto, as lições que podemos aprender com Antonieta de Barros são muitas: a importância de reconhecer as múltiplas dimensões de nossas identidades e a necessidade de lutar contra as injustiças que se cruzam, desafiando o racismo, o sexism e a exclusão social. Antonieta, como símbolo de resistência interseccional, continua a ser uma inspiração para todos aqueles que, assim como ela, buscam transformar o Brasil em um país verdadeiramente justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Antonieta de Barros**. Memória Política de Santa Catarina. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-antonietadebarros>. Acesso em: 10 maio 2025.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexism e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CRENSHAW, Kimberlé. “Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color”. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MEGG, Rayara Gomes de Oliveira. **O diabo em forma de gente: (r)existências de viados afeminados, bichas e pretas na escola**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.
- RIBEIRO, Djamilia. O que é Lugar de Fala? São Paulo: Letramento, 2017.

SANTOS, Marcelo Henrique dos. **Narrativas de professores negros na educação infantil: um estudo autobiográfico.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

Recebido em: 10 maio 2025.

Aceito em: 1 jun. 2025.